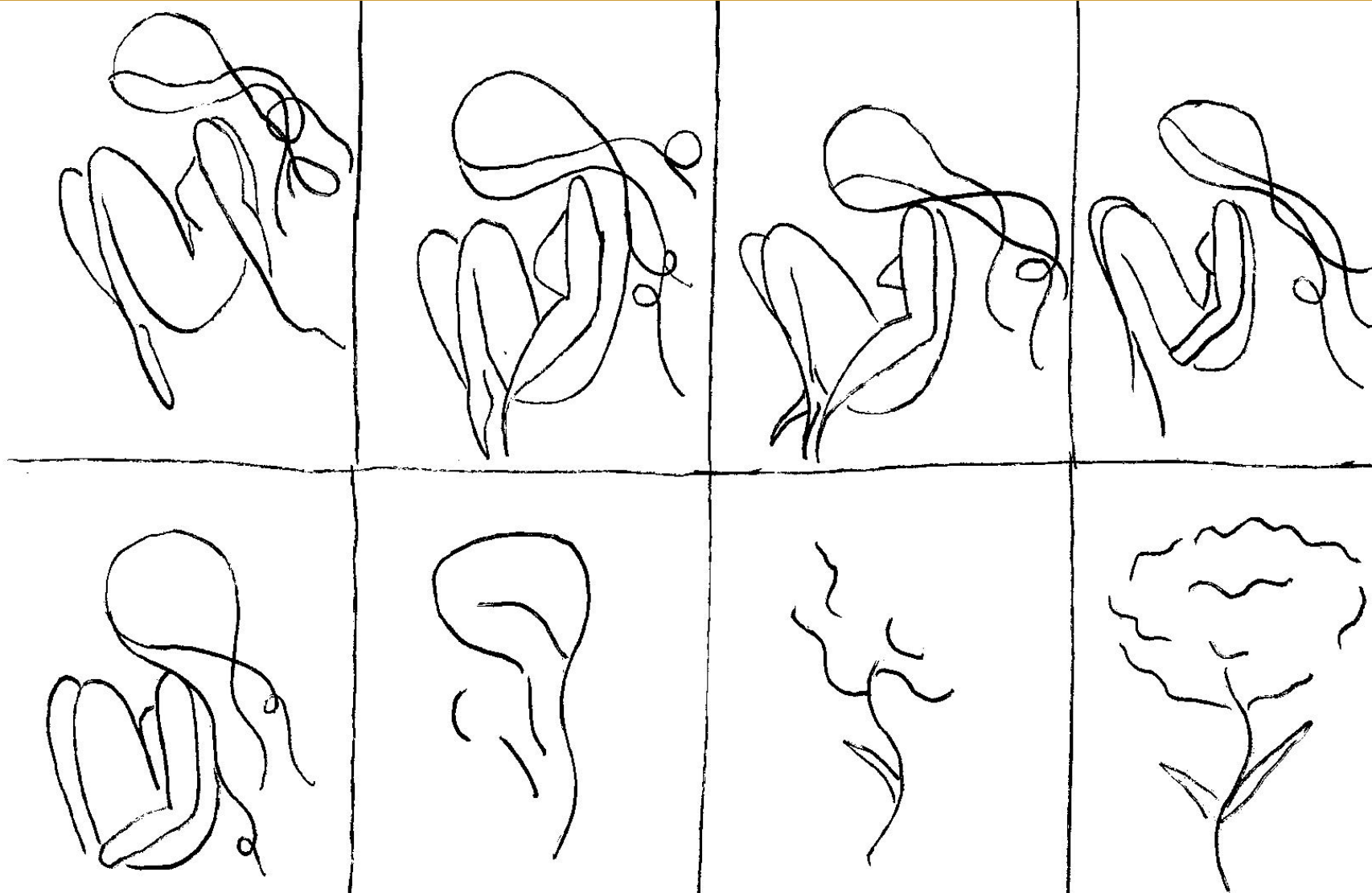


# SUI GENERIS



Cofinanciado por:



Em 48 anos de ditadura, foram muitos os direitos subjugados às/aos cidadãs/ãos portugueses.

Uma das organizações mais emblemáticas do Estado Novo nasceu em 1937, chamava-se Mocidade Portuguesa Feminina (MPF) e surgiu com o objectivo de criar um novo modelo de mulher portuguesa. Os cursos ministrados pela MPF abordavam temas como: enfeitar a mesa, varrer, limpar o pó, cozinhar, tratar da roupa ou canto coral. A sua participação era obrigatória para mulheres entre os 7 e os 14 anos.

Exigia-se à mulher uma devoção ao lar, à família e à fé. Ser uma boa dona de casa, uma mãe dedicada

e uma esposa exemplar era o futuro que deveria ambicionar.

Actualmente, apesar de presenciarmos mudanças no que toca à representação e emancipação da mulher em Portugal, a verdade é que este é um padrão muito enraizado que passou de pais/mães para filhos/filhas como uma herança cultural. Na história da mulher há discriminação, desigualdade e muita violência, a luta por direitos iguais é longa e ainda hoje não é perceptível para todas as mentalidades.

Mariana Abreu



Adelaide Cabete, foi pioneira na reivindicação dos direitos das mulheres, nomeadamente o direito ao voto, e durante mais de vinte anos, presidiu ao Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas. Votou em 1933 em Luanda sob a Constituição Portuguesa.



Ana de Castro Osório nasceu a 18 de junho de 1872 em Mangualde e foi a primeira em Portugal a lutar pela igualdade de direitos entre homem e mulher. Escreveu, em 1905, o primeiro manifesto feminista português intitulado de Mulheres Portuguesas



Maria Lamas nasceu a 6 de Outubro de 1893 em Torres Novas, distrito de Santarém. Foi uma defensora da igualdade de género na educação e da independência económica, sendo das primeiras jornalistas e escreveu vários poemas ligados à mulher.